

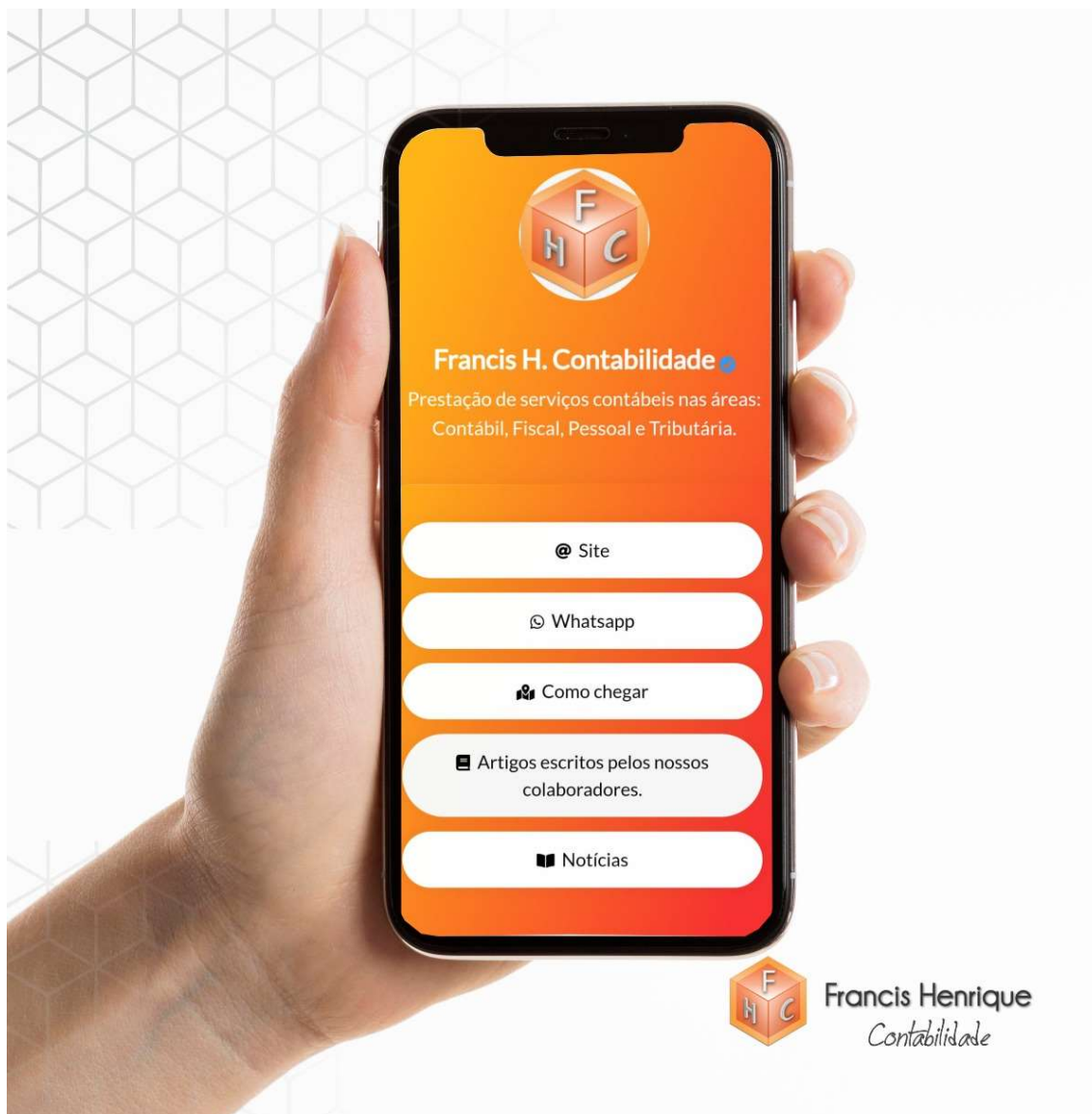
# PRINCIPAIS DÚVIDAS E CURISIDADES DO SETOR FISCAL



Acesse o nosso site direcionando a câmera para o QR CODE ao lado, ou acesse:  
[www.contabilidadefrancis.com](http://www.contabilidadefrancis.com)



Você pode muito.  
Com informação,  
pode ainda mais.



Francis Henrique  
Contabilidade



Francis Henrique  
Contabilidade

@franciscontb  
/francishenriquecontabilidade  
(31) 9 9500-3941  
(31) 3771-6250

Já conhece nossas Redes sociais? Fique por dentro das notícias do mundo contábil e tire dúvidas com nossa equipe de profissionais.

Acesso nosso site: [www.contabilidadefrancis.com](http://www.contabilidadefrancis.com)



## CARTILHA DEPARTAMENTO FISCAL

### TIPOS DE TRIBUTAÇÃO

- **Simples Nacional**

O Simples Nacional é o Regime Especial Unificado de arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, foi instituído pela Lei Complementar 123/2006.

O simples nacional não é um imposto. Ele é a junção de todos os impostos em um recolhimento unificado. Dentro da guia do simples nacional está sendo recolhido: IRPJ, IPI, CSLL, COFINS, PIS, ICMS e ISS.

A sua alíquota não será fixa, altera de acordo com o faturamento dos últimos 12 meses, ou seja, quanto maior for o faturamento da empresa maior será a alíquota do imposto.

- **MEI**

O MEI é enquadrado no Simples Nacional e está isento dos tributos federais (Imposto de Renda, PIS, COFINS, IPI e CSLL) porém deve pagar mensalmente 5% sobre o valor do salário mínimo (INSS), acrescido de R\$ 5,00 (Prestadores de Serviço) ou R\$ 1,00 (Comércio e Indústria) por meio do carnê emitido através do Portal do Empreendedor. Esses valores são atualizados anualmente, de acordo com o salário mínimo.



Todo ano, o Comitê Gestor do Simples Nacional revisa as atividades permitidas para enquadramento como MEI, atividades são adicionadas, removidas ou alteradas portando o empresário deve ficar atento para a exclusão ou a alteração da ocupação que exerce.

Todo ano o MEI deve declarar o valor do faturamento do ano anterior.

- **Lucro Presumido**

O Lucro presumido é uma forma de tributação simplificada para determinação da base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido das pessoas jurídicas que não estiverem obrigadas, no ano-calendário, à apuração do lucro real.

O imposto de renda com base no lucro presumido é determinado por períodos de apuração trimestrais, encerrados em 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de cada ano-calendário.



A presunção da base de cálculo do IRPJ baseia-se nas receitas auferidas pela empresa

Podem ser optantes pelo lucro presumido:

- Pessoas jurídicas não obrigadas ao Lucro Real
- Pessoas jurídicas que no ano anterior não tiveram receitas totais em montante igual ou superior a 78 milhões de reais

O lucro presumido é determinado pela aplicação dos seguintes percentuais de presunção antes da alíquota do imposto, sobre a receita bruta da atividade definida no objeto social da pessoa jurídica:

Tipo Atividade	Alíquota Presunção - IRPJ	Alíquota Presunção - CSLL
Mercadoria - transporte de carga - atividades imobiliárias - atividade rural, entre outros	8,00%	12,00%
Serviço	32,00%	32,00%
Serviços de transporte (exceto os de carga) ou serviço de com receita de até R\$ 120.000,00 no ano	16,00%	32,00%

- **Lucro Real**

O Lucro real é um sistema de tributação que inclui o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e a contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Ele é conhecido como o regime mais complexo entre os regimes tributários.

Pessoas jurídicas obrigadas ao regime do Lucro Real:

- Empresas que possuem o faturamento superior a R\$78 milhões ou proporcional ao número de meses do período, quando inferior a doze meses;
- Empresas que tiveram lucro, rendimentos ou ganhos provenientes do exterior;
- Instituições financeiras e equiparadas (empresas de seguros, capitalização, empresas de factoring, sociedades de créditos imobiliários, sociedades corretoras, distribuidoras de títulos e valores mobiliários, etc.)
- Pessoas jurídicas que tiverem benefícios fiscais de isenção ou redução do IRPJ

Mesmo as pessoas jurídicas não obrigadas à apuração do lucro real poderão apurar seus resultados tributáveis de acordo com essa sistemática se assim desejarem.





As pessoas jurídicas tributadas principalmente com base no lucro real são obrigadas a manter em boa ordem e guarda a escrituração contábil, com observância das disposições das leis.

Obs.: A opção pela tributação é irretratável para todo o ano-calendário.

## ANEXO DO SIMPLES NACIONAL

O simples nacional é dividido anexos, onde cada anexo representa um tipo de atividade desenvolvida.

- Anexo I – Comercio

Trata de atividades comerciais, as empresas com atividades relacionadas a venda. Alíquota inicial de 4%.

- Anexo II – Indústria

Concentra as atividades do setor da Indústria. As alíquotas totais começam em 4,5%

- Anexo III – Serviços

Enquadra atividades que vão desde serviços de manutenção, reparos e usinagem até agências de viagem, escritórios contábeis, escolas e empresas médicas. Alíquota inicial de 6%.

- Anexo IV – Serviços

É destinado às empresas de Serviços: empresas que fornecem serviço de limpeza, vigilância, obras, construção de imóveis, serviços advocatícios, entre outro. Alíquota inicial de 4,5%.

Este anexo está diretamente ligado aos encargos de folha. Conforme abrangido no próximo tópico.



- Anexo V – Serviços

Se enquadram nessa categoria as empresas que prestam serviços como auditoria, publicidade, jornalismo, consultoria e outras atividades intelectuais e técnicas, que são tributadas com alíquota inicial de 15%. Mas ainda existe a possibilidade de enquadrar essas empresas no Anexo III e pagar menos imposto por meio do cálculo do fator R. Assunto abordado no próximo tópico

## ANEXO IV E ANEXO V

- Anexo IV

As atividades de **prestação de serviços** seguintes são tributadas pelo **Anexo IV**, onde não está incluída no Simples Nacional a **CPP** (Contribuição Previdenciária Patronal), devendo ela ser recolhida segundo a legislação prevista para os demais contribuintes ou responsáveis.



Na CPP devida pelas empresas do Simples Nacional não se inclui os valores relacionados a terceiros (SENAI, SESC, SEST, SENAT etc.), pois as empresas do Simples Nacional estão dispensadas do pagamento das demais contribuições instituídas pela União.

Os serviços abrangidos pelo Anexo IV são os seguintes:

- Construção de imóveis e obras de engenharia em geral, inclusive sob a forma de subempreitada, execução de projetos e serviços de paisagismo, bem como decoração de interiores;
- Serviço de vigilância, limpeza ou conservação; e
- Serviços advocatícios. (Incluído pela LC nº 147/2014; efeitos: 1º/01/2015).

O CPP é enviado junto com os encargos da folha de pagamento.

- Anexo V

O Anexo V é o último dos anexos da tabela do Simples Nacional.



Não são todas as atividades do Simples Nacional que estão sujeitas a análise do Fator R, apenas as atividades enquadradas no anexo V.

Estão enquadradas no Anexo V empresas que prestam serviços considerados de cunho intelectual como auditoria, jornalismo, tecnologia, publicidade e engenharia.

Para definir se sua empresa deve ser tributada pelo Anexo V ou III, você precisa levar em conta o chamado **fator R**.

Fator R é determinado pela formula: 
$$\text{Fator R} = \frac{FP}{RB}$$

Fator R = folha de salários dos 12 meses anteriores ao período de apuração / Receita bruta acumulado dos 12 meses anteriores ao período de apuração

Se o fator R for maior ou igual a 28%, o enquadramento será no anexo III que possui alíquota menor e se o Fator R for menor que os 28% o enquadramento será no anexo V com alíquota maior

**A participação do sócio em outra empresa poderá resultar na exclusão do Simples Nacional ou impedir a adesão ao regime.**

Art. 15. Não poderá recolher os tributos pelo Simples Nacional a pessoa jurídica ou entidade equiparada:

- I - Que tenha auferido, no ano-calendário imediatamente anterior ou no ano-calendário em curso, receita bruta superior a R\$ 4.800.000,00;
- II - De cujo capital participe outra pessoa jurídica ou sociedade em conta de participação - SCP;
- III - que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- IV - De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 desde que a receita bruta global ultrapasse R\$ 4.800.000,00;
- V - Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123/2006 desde que a receita bruta global ultrapasse R\$ 4.800.000,00.



Exemplo:

Empresa 1 – Optante pelo Simples – Faturamento anual de R\$ 2.600.000,00

Sócio 1 – participação 90%

Sócio 2 – participação 10%

Empresa 2 – Lucro Presumido ou Lucro Real – Faturamento anual de R\$ 2.400.000,00

Sócio 1 – participação 10%

Sócio 2 – participação 90%

Soma de faturamento das empresas 1 e 2 .....R\$ 5.000.000,00

A empresa 1 não poderá permanecer no Simples, pois a soma de faturamento anual (R\$ 5.000.000,00) das duas supera o limite de R\$ 4.800.000,00.

### Retenção nas notas de serviço

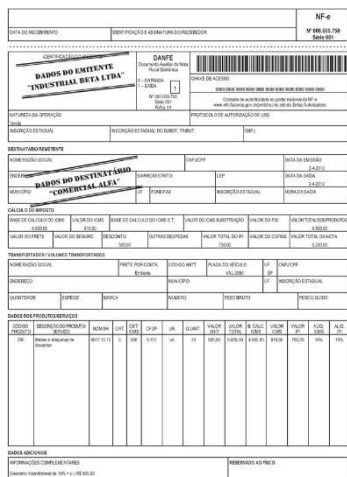
As retenções podem abranger impostos como PIS, COFINS, IRPJ E CSSL. Esses valores retidos na maioria dos casos, são tratados como “antecipações” dos pagamentos do imposto devido, compensando-os no momento do pagamento da obrigação principal. As alíquotas de retenção também têm distinção entre elas, variando de imposto para imposto e normalmente temos as alíquotas de 1,5% para o IR e 4,65% referente ao PIS/COFINS/IRPJ/CSSL.

Para as empresas optantes pelo simples nacional, conseguimos compensar apenas o valor do ISS, na guia do Simples Nacional, quando essa retenção é prevista em lei. Os outros tributos entendemos não ser passíveis de retenção para empresas optantes por essa tributação simplificada.



## MODELO DE NOTA

- Nota fiscal eletrônica



É o documento digital emitido e armazenado eletronicamente com o intuito de documentar para fins fiscais a circulação de mercadorias e ou prestação de serviços. Sua validação é feita pela Receita Estadual antes da saída da mercadoria. Quando validada gera um código chamado de chave de acesso. Por ele é possível verificar a autenticidade da nota pelo portal da NFE.

A nota fiscal é impressa em papel comum para acompanhar o transporte da mercadoria.

- Nota fiscal manual emitida em bloco



Está sendo substituída pela nota eletrônica. A Nota fiscal manual será emitida em quatro vias que terão a seguinte destinação:

- 1ª via – Acompanha a mercadoria que será entregue ao destinatário.
- 2ª via – Fica presa ao bloco para exibição ao fisco.
- 3ª via – Salvo disposição contrária não terá fins fiscais.
- 4ª via – Acompanha a mercadoria e poderá ficar retida pelo fisco.

O cliente precisa receber a 1ª via da nota manual para lançamento. Em caso de extravio da 1ª via, fornecedor deve enviar cópia autenticada pela SEFAZ.



- Nota fiscal serie D



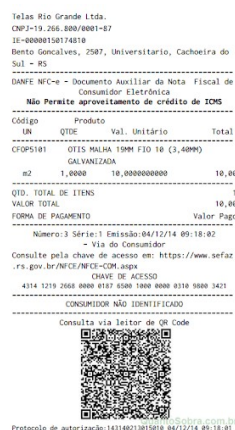
Nota fiscal destinada a consumidor final desde que não obrigas ao uso de cupom fiscal.

São consideradas notas de balcão, não tem validade para escrituração em livros fiscais.

Porém, caso alguma empresa receba, o documento é contabilidade direto na contabilidade.

Este modelo está entrando em desuso e sendo substituído pela nota fiscal de consumidor eletrônico (NFCE).

- NFCE



Implementada para substituir a nota fiscal serie D, destinada a consumidor final. Um documento de existência apenas digital, emitido e armazenado eletronicamente.



## Conhecimento de Transporte

Documento emitido por transportadoras e traz informações da nota fiscal que acompanha a mercadoria. Deve vir anexada a nota fiscal de compra/venda. Assim como a nota fiscal os CST's eram eletrônicos ou manuais, porem por força da legislação as transportadoras passaram a ser obrigadas a emissão de conhecimento de transporte eletrônico.

Impostos incidentes:

- Dentro do Estado: Isento ou ICMS.
- Fora do Estado – ICMS ou ICMS ST

## Serviço de Transporte


São obrigatórias para as empresas que transportam passageiros ou mercadorias dentro do município.

Impostos incidentes:

- ISS (recolhido mensalmente)



- Serviço Diversos

 <b>PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO</b> <b>SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA</b> <b>NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇOS - NFS-e</b>		Número da Nota <b>00000026</b> Data e Hora de Emissão <b>21/11/2018 19:28:15</b> Código de Verificação <b>KFYU-XXXX</b>		
<b>PRESTADOR DE SERVIÇOS</b> CPF/CNPJ: 28.002.456/0001-65 Inscrição Municipal: 5.793.435-5 Nome/Razão Social: BIOMARME ANALISES CLÍNICAS LTDA - EPP Endereço: AV DR GASTÃO VIDIGAL 01132, CJ 15 - TORRE A - Vila Leopoldina - CEP: 06314-000 Município: São Paulo UF: SP				
<b>TOMADOR DE SERVIÇOS</b> Nome/Razão Social: MARISTELA ZASSO PIGATTO RIGON Inscrição Municipal: --- CPF/CNPJ: 270.884.720-16 Endereço: R João Rolim 197, ap 201 - Nossa Senhora de Lourdes - CEP: 97060-350 Município: Santa Maria UF: RS E-mail: rigonmar@terra.com.br				
<b>INTERMEDIÁRIO DE SERVIÇOS</b> Nome/Razão Social: --- CPF/CNPJ: ---				
<b>DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS</b> \$S SERVIÇOS PRESTADOS PELO SÓCIO DA EMPRESA Valor Aproximado dos Tributos - Lei 12.741 - Alíquota: 11,33% Federal   2,00% Municipal. Lei - 13.137/2015 - Retenção de PIS   COFINS   CSLL (CSRF)				
<b>VALOR TOTAL DO SERVIÇO = R\$ 1.100,00</b>				
ISS (R\$)	IRRF (R\$)	CSLL (R\$)	COFINS (R\$)	PIS/PASEP (R\$)
-	-	-	-	-
Código do Serviço <b>04139 - Análises clínicas.</b>				
Valor Total das Despesas (R\$)	Base de Cálculo (R\$)	Alíquota (%)	Valor do ISS (R\$)	Credito (R\$)
0,00	1.100,00	2,00%	22,00	0,00
Município da Prestação do Serviço	Número Inscrição da Obra	Valor Aproximado dos Tributos / Fonte		
-	-	-		
<b>OUTRAS INFORMAÇÕES</b> (1) Esta NFS-e foi emitida com respaldo na Lei nº 14.097/2005; (2) Data de vencimento do ISS desta NFS-e: 10/12/2018;				

As notas de serviço também podem ser eletrônicas ou manuais, cada prefeitura determina o formato que emissão de nota para o seu município.

Impostos incidentes:

As incidências dos impostos das notas de serviço variam de acordo com a natureza do serviço e valor da prestação. Porém ser sujeitos a: PIS/COFINS/CSLL/INSS/ISS/IR.

## CANCELAMENTO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA

O cancelamento da nota fiscal pode ser realizado normalmente dentro do sistema utilizado com até 24h da emissão e antes da circulação da mercadoria.

Após este prazo, é possível realizar o cancelamento de forma extemporânea, com até 7 dias após a emissão, antes da circulação da mercadoria e dentro do mesmo mês de apuração. Para o cancelamento extemporâneo é necessário enviar para o escritório a chave de acesso da nota fiscal, retornaremos com o protocolo gerado pelo Estado, com a inclusão desse código no seu sistema, ainda é possível o cancelamento da nota fiscal.

Após a circulação da mercadoria ou após sete dias da emissão, ou em períodos futuros, será necessário a devolução da mercadoria. Já não conseguimos mais o cancelamento normal ou extemporâneo.



## PRINCIPAIS IMPOSTOS DE CADA TRIBUTAÇÃO

Impostos	Tributação			Vencimento
	Simples Nacional	Lucro Presumido	Lucro Real	
ISS		X	X	Sete Lagoas - Dia 5
ICMS		X	X	Dia 08
PIS		X	X	Dia 25
COFINS		X	X	Dia 25
IRPJ		X	X	Dia 30 - trimestral
CSLL		X	X	Dia 30 - trimestral
DAS - SIMPLES NACIONAL	X			Dia 20

## ICMS ANTECIPAÇÃO

O contribuinte enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional que adquirir em operação interestadual (compra de fora do estado) mercadoria para comercialização, utilização na prestação de serviço, industrialização ou beneficiamento não industriais complementares à produção primária, fica obrigado a recolher, a título de antecipação do imposto, o valor correspondente à diferença entre a alíquota interna e a alíquota interestadual.

Caso a sua empresa seja não contribuinte do ICMS, é necessário passar essa informação para o seu cliente para que ele recolha o valor e emita a nota fiscal com CFOP específico para não contribuintes do ICMS.

Caso tenha dúvida se a sua empresa seja contribuinte ou não do ICMS, entre em contato com o escritório, que informaremos sobre cada empresa.

## DIFAL

Difal, ou Diferencial de Alíquota do ICMS é um instrumento utilizado para equilibrar a arrecadação deste imposto entre os estados.

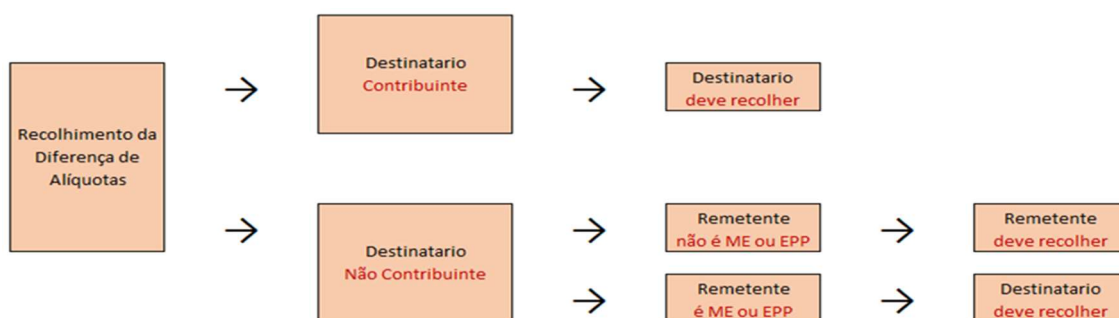
Esse valor é aplicado a empresas que comprem mercadorias de outra, localizada em uma Unidade Federativa (UF) diferente da sua. Ou então, quando o cliente final de outra região é pessoa física ou jurídica não contribuinte do ICMS.

Existe o Difal no momento da compra, que incide quando compra mercadorias de uso e consumo e imobilizado o Difal da Venda, que precisa ser analisado as situações específicas:



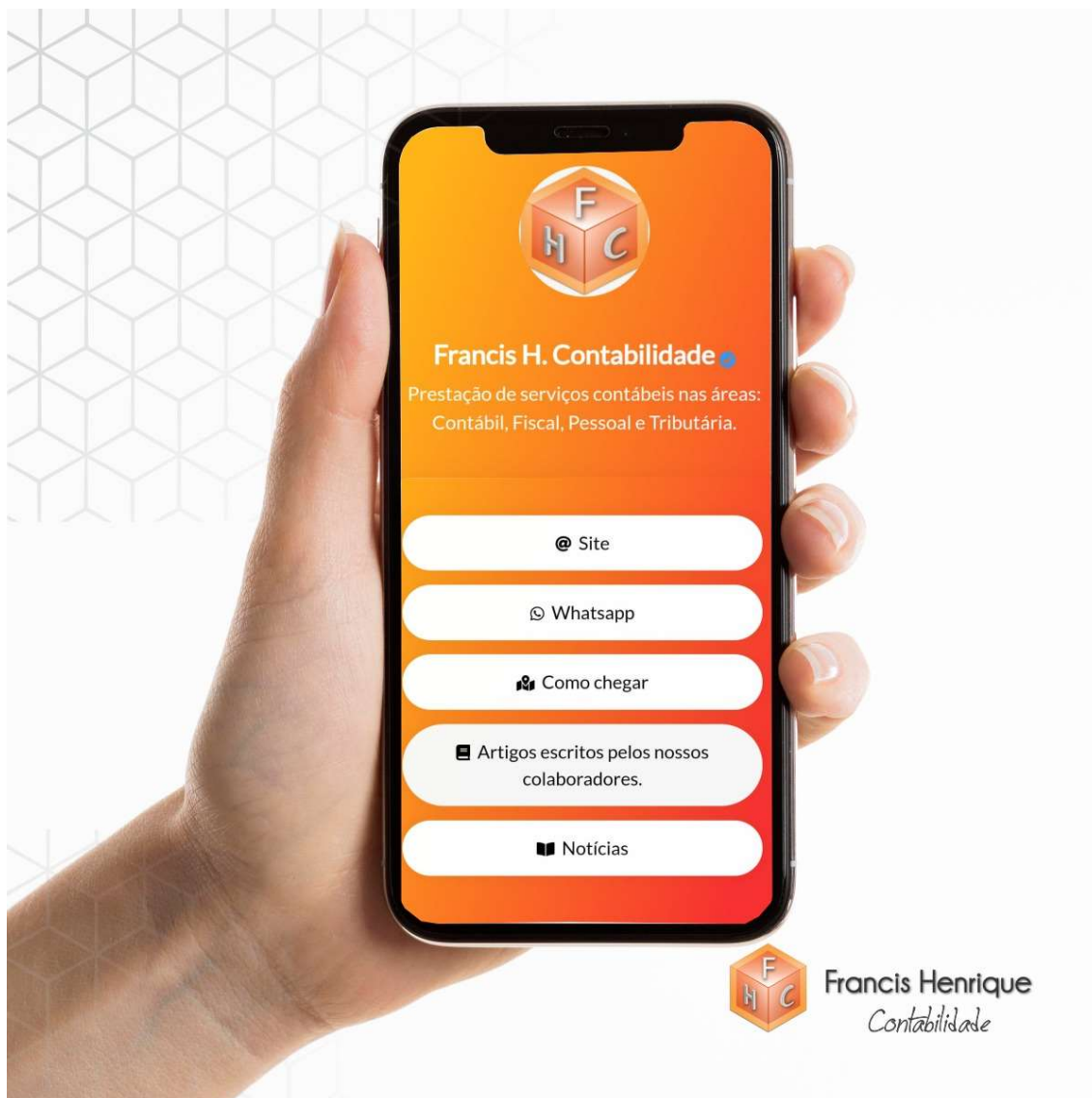
A regra geral para o recolhimento da **DIFAL** é:

- É responsabilidade do destinatário (comprador), quando for contribuinte do ICMS;
- É responsabilidade do remetente (vendedor), quando o destinatário não contribuir com o ICMS.



E assim finalizamos nossa cartilha. Ainda ficou com alguma dúvida? Entre em contato conosco ou acesse nossas Redes Sociais.





Francis Henrique  
Contabilidade



Francis Henrique  
Contabilidade

@franciscontb  
/francishenriquecontabilidade  
(31) 9 9500-3941  
(31) 3771-6250

Já conhece nossas Redes sociais? Fique por dentro das notícias do mundo contábil e tire dúvidas com nossa equipe de profissionais.

Acesso nosso site: [www.contabilidadefrancis.com](http://www.contabilidadefrancis.com)

